



PELA PROMOÇÃO DE CONDIÇÕES DIGNAS
DE TRABALHO EM CADEIAS PRODUTIVAS

Abertura

Desde que foi criado, o InPACTO vem contribuindo cada vez mais para as discussões sobre Direitos Humanos e Empresas, sobretudo fortalecendo o campo de combate ao trabalho escravo e impulsionando o protagonismo do setor produtivo. É um processo complexo e de aprendizado contínuo para todas as partes diante dos velhos e novos desafios que estão no caminho.

A nossa missão exige que a cada ano possamos crescer e amadurecer um pouco mais. Em 2019 não foi diferente. Um ano marcado pela reestruturação

e fortalecimento institucional, a consolidação de parcerias que nos abriram portas para um 2020 promissor e um grande salto em ciência de dados que nos permite olhar com otimismo para o futuro.

Conseguimos trazer a público o que nos bastidores já estávamos investindo há dois anos: o uso de inteligência de dados para o combate ao trabalho escravo. Aprovamos em assembleia, atendendo a uma demanda dos nossos associados, a possibilidade de atuar com o tema trabalho infantil

em cadeias produtivas. Além disso, reformulamos o estatuto com o objetivo de consolidar governança, transparência e sustentabilidade financeira do instituto e trazer mais clareza para a relação com associados e parceiros. Para consolidar o papel do InPACTO nessa seara, nos tornamos membros do Pacto Global o que nos coloca novos e bons desafios para engajar o setor produtivo.

Nas próximas páginas você conhecerá um pouco deste capítulo da nossa história. Boa leitura!



Sumário

1. Foco na solução e não no problema	4
2. Nossa trajetória	6
3. Nosso 2019: um ano de fortalecimento	14
4. Onde estamos e para onde vamos	28
5. O que fazemos e por que fazemos	34
6. Expediente	43

1.

Foco na solução, não no problema

O InPACTO é uma organização sem fins lucrativos que mobiliza os diferentes setores na promoção do trabalho decente há 15 anos, desde a criação do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Inovamos ao construir pontes entre o setor produtivo, a sociedade civil e o setor público com respeito às diferenças e às potencialidades dos diferentes atores. Ao mudar a lógica do problema para a da solução, o Instituto atua com as empresas na construção conjunta de caminhos que promovam o trabalho decente nas cadeias produtivas nacionais e internacionais. Uma pauta fundamental e que está alinhada aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, principalmente ao ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 17, sobre a importância das parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Como resultado desse propósito e da história de atuação, o InPACTO é convidado para colaborar com governos, organizações empresariais e sociedade civil no Brasil e no exterior.

O propósito do InPACTO

O InPACTO tem como missão promover a prevenção e a erradicação do trabalho escravo no Brasil nas cadeias produtivas de empresas nacionais e internacionais,

por meio da criação de ferramentas, metodologias, construção de confiança e credibilidade entre aqueles que participam das ações desenvolvidas. Também cabe ao InPACTO a gestão do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Estimulamos o protagonismo do setor produtivo no combate ao trabalho escravo e promovemos o diálogo intersetorial e de múltiplos parceiros para que as empresas, entidades representativas,

organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais e governos construam soluções coletivas para a prevenção e erradicação do trabalho escravo nas cadeias produtivas brasileiras.

Os objetivos do InPACTO

1. Sensibilizar e mobilizar as empresas para a prevenção e erradicação do trabalho escravo em suas cadeias produtivas;

2. Subsidiar empresas, sociedade civil e poder público com instrumentos para erradicar a

produção e comercialização de produtos e serviços que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo;

3. Monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos associados;

4. Apoiar a integração social e produtiva de trabalhadores egressos do trabalho escravo;

5. Articular diferentes grupos e atores sociais para desenvolver ações coletivas e influenciar políticas públicas.

VISÃO: Brasil livre do trabalho escravo



Nossa trajetória

As 6 grandes conquistas do InPACTO nestes 6 anos

- Fomos uma das organizações escolhidas pela Laudes Foundation (anteriormente C&A Foundation) para receber a primeira experiência de Core Support no Brasil e conseguimos atingir metas importantes nessa parceria.
- Conseguimos uma inserção internacional que consolidou a reputação do InPACTO como um parceiro importante em uma estratégia nacional e internacional de mobilização do setor produtivo. Com parcerias de sucesso com governos e sociedade civil internacional (ex.: Governo Britânico e RainForest Alliance). Ganhamos editais importantes para legitimar nossa qualidade técnica.
- Trouxemos novas abordagens e saberes técnicos ampliando as possibilidades para a mitigação de riscos de violações de direitos humanos em cadeias produtivas e incorporamos o tema do trabalho infantil no nosso campo de atuação.
- Há alguns anos desenvolvemos e estamos aprimorando uma nova ferramenta de gestão e geração da informação, chamada Índice de Vulnerabilidade InPACTO, a qual é uma inovação na área de gerenciamento de risco para o

trabalho escravo nas cadeias de valor de empresas nacionais e internacionais no território brasileiro.

- Com uma forte estratégia de *advocacy*, contribuímos para o debate nacional e internacional sobre o protagonismo e capacidade técnica de colaboração do setor produtivo no combate ao trabalho escravo.
- O fato de estarmos construindo esse campo de engajamento do setor produtivo na defesa de direitos humanos relacionados com cadeias produtivas fez

do InPACTO um ambiente de referência para discussões sobre o tema no meio acadêmico. Hoje somos partes de diversas redes nacionais e internacionais de engajamento do setor produtivo em práticas sustentáveis social e ambientalmente, tais como Pacto Global, Fashion Revolution, Alliance 8.7.

- Encorajamos o setor produtivo a desempenhar um papel central na construção de um mundo mais justo, em total consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, agenda global lançada pela ONU em 2015.



Confira grandes marcos de nossa jornada nestes seis anos e fatos relevantes no combate ao trabalho escravo.



● É criado, em maio, o Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) para fortalecer e ampliar as ações realizadas pelo Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Nesse ano, o pacto contava com aproximadamente 400 signatários que, juntos, representavam cerca de 35% do PIB brasileiro.



● Abertura de Agenda Internacional com OIT (WDC e Califórnia - EUA).



● MPF pede que bancos não financiem empregadores que usem trabalho escravo.

● Corte Interamericana de Direitos Humanos pune Brasil por trabalho escravo, no caso "Fazenda Brasil Verde".



● Realizado o I Seminário InPACTO – Encontro de Associados.

● Projeto Mesa Café Brasil reúne atores para discutir os desafios do setor.

● Fiscalização de trabalho escravo para por falta de verba.

● InPACTO cria Sistema de Geração e Gestão de Informação como ferramenta de suporte técnico ao setor produtivo.

● Iniciativa do governo federal de reduzir o conceito de trabalho escravo na legislação brasileira e o papel da inspeção do trabalho gera forte rejeição da mídia e da sociedade.

● Realizado o Seminário InPACTO: Celebrando 10 anos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

● Diagnóstico sobre trabalho escravo aponta piora na situação do país.

● Aumenta a demanda por estudos de cadeias produtivas.

● Realizado processo de monitoramento dos compromissos do InPACTO.

● InPACTO e parceiros recebem Kailash Satyarthi, Prêmio Nobel da Paz 2014.

● InPACTO leva a "voz" das empresas para a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e órgãos públicos.

● Lançado o relatório de monitoramento dos compromissos do InPACTO.

● Grupos de Trabalho Têxtil e Carnaúba do InPACTO ganham força.

● Trabalho escravo atinge mais de 160 mil brasileiros, estima Walk Free.

● InPACTO participa de campanha pedindo a ratificação do protocolo contra trabalho forçado pelo governo brasileiro.

● InPACTO tem intensa agenda de representação internacional: participa, em Moscou, de conferência sobre o tráfico de pessoas;

de fórum global sobre trabalho forçado, na Tailândia; e de workshop e treinamento, nos Estados Unidos.

● Criada a área de mobilização e relacionamento, ampliando o diálogo com os associados.



InPACTO mantém seu destaque no cenário internacional

O InPACTO, que nasce do sucesso do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, impulsionado no Brasil pela OIT (*saiba mais no box na página 13*), continua sendo uma referência internacional de eficiência no combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Por ser uma ação inovadora, que envolve diversos atores e organizações sociais, e por dialogar e qualificar a abordagem do setor produtivo, promovendo o protagonismo e ação coletiva dos setores, o InPACTO segue sendo convidado para colaborar com governos, organizações empresariais e sociedade civil no Brasil e no exterior.

Café

No primeiro semestre de 2019, o InPACTO esteve nos EUA por duas vezes, fruto do trabalho desenvolvido no setor do café brasileiro. No primeiro momento, esteve no evento anual da Specialty Coffee Expo que foi realizado em Boston / EUA, no decorrer da semana de 07 a 13 de abril de 2019. Na ocasião, a diretora executiva do InPACTO, Mércia Silva, e a coordenadora de projetos, Daniele Martins, também participaram de reuniões com a Verité, em Amherst, na sede da organização.

Em um segundo momento, o InPACTO participou do *Sustainable Coffee*

Challenge's: Labor Action Network, Chicago / EUA, no decorrer da semana de 28 de julho e 02 de agosto de 2019. Em ambas as atividades, o InPACTO apresentou o que é, o que faz e a estratégia desenvolvida no setor do café brasileiro. E fomos selecionados para implementar um projeto piloto em Minas Gerais.

O InPACTO participou, pela terceira vez consecutiva, da Semana Internacional do Café (SIC), realizada em Belo Horizonte (MG), divulgando o seu trabalho inovador do Índice de Vulnerabilidade InPACTO. O evento é anual e faz parte da agenda de ações da Plataforma Global.

Uma outra forma de reconhecimento de nossa expertise foi o prosseguimento em 2019 da parceria firmada com a Verité em 2018 – renomada organização global que realiza, há mais de 20 anos, pesquisas, consultoria e avaliações com a visão de que as pessoas em todo o mundo trabalhem sob condições seguras, justas e legais.

O InPACTO integrou, a partir do Projeto Mesa de Café Brasil, a equipe que elaborou as ferramentas da pesquisa de campo a ser aplicada no setor cafeeiro do Brasil. Para além da colaboração na pesquisa no Brasil e mobilização dos respondentes, nossos profissionais foram chamados a contribuir no

desenvolvimento da pesquisa global sobre as condições do setor cafeeiro.

Outro exemplo de prestígio e credibilidade internacional do InPACTO em 2019, foi o documento da SCA (Specialty Coffee Association), chamado *Farmworkers & Coffee: The Case for Inclusion*, no qual a bem-sucedida experiência da “Mesa de Café Brasil” foi referenciada como uma das iniciativas inovadoras do setor cafeeiro de Minas Gerais.

Parcerias com outras organizações e governos

O InPACTO também foi convidado a participar do evento *Supply Chain Due Diligence & Transparency Reporting in an Age of*

Dynamic Regulation: A Series of Conversations. Realizado pela Verité, o evento traz uma série de conversas que visa esclarecer as percepções dos advogados da sociedade civil, dos consultores jurídicos e especialistas sobre os obstáculos e as oportunidades para a realização de pesquisas e estudos sobre as cadeias de suprimentos em um momento de rápidas mudanças regulatórias, jurídicas, comerciais e expectativas da sociedade civil sobre como as empresas lidam com os direitos humanos. O convite surgiu devido a experiência do InPACTO com o Grupo de Trabalho Jurídico e ao êxito na parceria e no trabalho de qualidade desenvolvido com a Verité. Embora o InPACTO não tenha conseguido atender a essa agenda,

o convite significa um reconhecimento da sua importante contribuição em discussões como essa.

O InPACTO fez parte do grupo da OSCE de instituições de defesa dos Direitos Humanos e Direito Comercial Internacional e autoridades públicas dos governos membros da Europa. O objetivo do grupo foi a elaboração da publicação *Model Guidelines on Government Measures to Prevent Trafficking for Labour Exploitation in Supply Chains*¹, uma ferramenta prática para auxiliar os gestores públicos na implementação de medidas

concretas para prevenção de tráfico de seres humanos em suas cadeias de abastecimentos.

No início de setembro de 2019, o InPACTO foi convidado para apresentar a experiência brasileira em Santiago, no Chile, em um painel sobre Direitos Humanos e Empresas durante a Quarta Consulta Regional para Empresas e Direitos Humanos da América Latina e do Caribe, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo da consulta foi analisar desafios e bons exemplos de proteção dos direitos humanos em cadeias de valor na região.

Os desafios foram apresentados no evento pelas organizações da sociedade civil, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, associações de trabalhadores, sindicatos, bem como por acadêmicos e organizações internacionais – que denunciaram violações de direitos e discutiram ações necessárias para promover um comportamento empresarial responsável.

Entre os casos brasileiros esteve em pauta o da mineradora Vale, com a tragédia de Brumadinho, ocorrida em janeiro de 2019.

¹ <https://www.osce.org/secretariat/371771>

O InPACTO também participou de duas etapas de Consulta Pública para a Norma de Agricultura Sustentável Rainforest Alliance. As atividades foram realizadas em Belo Horizonte (MG), em janeiro e agosto de 2019, e reuniu representantes do setor cafeeiro. Na oportunidade, o InPACTO pode contribuir com as discussões sobre os aspectos sociais da nova norma.

E também nos ciclos de debate da OXFAM acerca de setores produtivos que têm se mostrado cada vez mais vulneráveis nesse contexto sócio-econômico do país, em especial na citricultura.

Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo é referência há 15 anos

Em 2009, a OIT publicou o Estudo “Combatendo o Trabalho Escravo: O Exemplo do Brasil” destacando a atuação do Pacto Nacional das Empresas contra o Trabalho Escravo, que deu origem ao InPACTO. O estudo despertou a atenção da Organização das Nações Unidas, que enviou ao país a relatora especial Gulnara Shahinian, da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A conclusão do relatório da ONU exaltou os esforços empreendidos pelo Brasil no combate ao trabalho escravo e elogia o país por “reconhecer que existe trabalho escravo e pelos programas e políticas exemplares para combatê-lo”. Nos documentos, o pacto foi reconhecido

pela ONU como uma referência internacional e um importante mecanismo de enfrentamento à violação de direitos humanos.

O pacto se tornou uma experiência inovadora em sua visão de compartilhar responsabilidades quanto à necessidade de prevenção e combate ao trabalho escravo, envolvendo pela primeira vez o setor empresarial e sendo de alguma forma incorporado e acompanhado pelo poder público, o Estado Brasileiro.

Quando o Pacto Nacional alcançou aproximadamente 400 signatários, houve a necessidade de ampliar a capacidade de resposta e fortalecer

a governança compartilhada para o enfrentamento do trabalho escravo. A mudança do modelo de gestão do pacto para um instituto composto por empresas, organizações da sociedade civil e organizações representativas dos trabalhadores é resultado da experiência da iniciativa original em promover ações de responsabilidade social empresarial entre seus signatários.

² Fighting Forced Labour: the example of Brazil. Geneva, 2009, p. 13. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_111297.pdf

³ Criado em 2005.

⁴ Em 2014.

3.

Nosso 2019: um ano de fortalecimento

O ano de 2019 foi de reestruturação interna para o InPACTO. A instituição precisava se ajustar, para então se fortalecer internamente, e assim, criar a estrutura necessária para dar o próximo passo: o de crescimento. É isto que a organização espera para 2020 e os anos que virão, avanço. Foram inúmeras reuniões e assembleias, com muitas horas técnicas da equipe, Presidência e Conselhos Fiscal e Deliberativo para promover essa reestruturação.

Em 2019, o InPACTO mudou para uma nova sede na Avenida Paulista, investiu em um novo sistema de gestão financeira, administrativa e

de recursos humanos, aperfeiçoou o modelo de governança, capacitou e ampliou a sua equipe.

Dentro do campo da governança, elaborou um novo Estatuto, com reunião de aprovação realizada no dia 09 de agosto de 2019. O novo Estatuto foi adaptado para atender as necessidades definidas para os próximos anos, como a ampliação do quadro de associados e o engajamento em novos projetos. Além disso, outros dois documentos de governança também estão em processo de desenvolvimento: o Regimento Interno e o Código de Conduta. Tudo isso para dar agilidade e expandir o campo de ação da instituição.

Na área da capacitação e do fortalecimento da equipe, há ganhos, ainda que fortes desafios estejam forçando decisões a respeito da gestão de pessoas e da configuração da equipe do InPACTO.

A consolidação institucional em um campo novo traz desafios de configuração de equipe e gestão de pessoas, suas expectativas e melhoria de habilidades e saberes que precisam ser coordenados, fortalecendo aspectos múltiplos de profissionais que precisam lidar com um tema delicado associado com questões de imagem e grandes marcas. Isso sem falar na capacidade de apreender o contexto

político, legislativo e culturais que permeiam esse tema. Todos esses eixos amadurecidos em capacidade de ter empatia com todos os envolvidos e promover o diálogo social tão importante. Sabemos que nem todos os profissionais estão prontos, por isso trabalhamos duramente para que o InPACTO seja um ambiente de aprendizados múltiplos.

Avançando ainda mais no desafio de formar pessoas e reconhecer suas competências, a avaliação e aprovação de uma política de cargos e salários é um dos objetivos de 2020, cujo planejamento é apresentá-lo ao Conselho Deliberativo logo após a concretização do processo

de registro no cartório do novo estatuto e do desenvolvimento de um plano de capacitação e treinamento da equipe. Por fim, o investimento no aumento do quadro de trabalhadores da instituição continuará em 2020.

O cenário político também influenciou essa decisão de introspecção da instituição em 2019. Os ataques aos direitos ocorridos ao longo do ano, em especial aos Direitos Humanos e às organizações atuantes do meio, fizeram com que o InPACTO fosse mais precavido em suas ações, especialmente no campo público, selecionando e avaliando quais atividades desenvolveria ao longo do ano.

Planejamento Estratégico Quinquenal 2019 – 2022

Objetivos Estratégicos

1. Processos administrativo-financeiros consolidados, gestão mais ágil e simplificada, equipe ampliada e melhor preparada para fortalecer a organização;
2. Governança organizacional revisada e redefinida, com mais objetividade e simplicidade em seus papéis e sua relação com a equipe executiva, além da concretização da renovação do estatuto;
3. Base de associados ao InPACTO ampliada e base de financiamento do InPACTO diversificada e consolidada, capaz de sustentar as necessidades financeiras da organização;
4. Sistema de monitoramento dos compromissos do InPACTO aprimorado;
5. Reestruturação da equipe e consolidação de papéis e responsabilidades;
6. InPACTO em uma sede condizente com seus limites financeiros;
7. Início da diversificação das estratégias institucionais junto às agências de fomento e governos internacionais, incluindo projetos em novas cadeias produtivas, lançamento da ferramenta Hot-Spot/Índice de Vulnerabilidade InPACTO e campanhas internacionais como Aliança 8.7 da OIT;
8. Consolidar Parcerias Público-Privadas para as cadeias produtivas do Café e da Carnaúba;
9. Iniciar e/ou fortalecer articulação público-privadas para as cadeias produtivas do Cacau, do Etanol, do Têxtil e da Rede de Distribuição;
10. Iniciativa internacional de trocas de experiências e articulação de atores públicos e privados lançada: articulação para o Pacto Internacional;
11. Reposicionamento, novo site, celebração dos 5 anos do instituto;
12. InPACTO é referência na prevenção e no combate ao trabalho escravo em cadeias produtivas.

Eixos Estratégicos do Planejamento Estratégico para o período

- **Suporte ao Setor Produtivo;**
- **Representação Institucional & Advocacy;**
- **Mobilização da Sociedade Civil;**
- **Relacionamento com Associados;**
- **Mobilização de Recursos;**
- **Comunicação;**
- **Fortalecimento Institucional e da Equipe;**
- **Aprimoramento da Gestão e da Governança.**

Alicerce sólido para a Mobilização despontar nos próximos anos

Apesar de um ano de reestruturação interna para a criação de uma base institucional sólida, visando impulsionar o crescimento do InPACTO, o instituto manteve avanços no relacionamento com associados, através de processos contínuos que geraram oportunidades de trocas e fortalecimento da rede ligada ao InPACTO. Entre as ações realizadas estão os treinamentos oferecidos para as novas empresas associadas, os três encontros com associados e os treinamentos a convite deles. Além disso, o InPACTO esteve presente em

diversas atividades, que contribuíram para o fortalecimento da imagem e para a atuação do instituto.

A mobilização de recursos também teve resultados positivos, com a vinda de novos associados e de um novo apoiador institucional. Com isso, alcançamos a marca de 62 associados. A revisão dos nossos instrumentos de governança permitiu o estabelecimento de parcerias importantes, comprovando que as decisões tomadas anteriormente foram corretas. Esse ano de mudanças internas trará resultados ainda mais

robustos para o ano de 2020, assim é a nossa expectativa.

Conheça, a seguir, a relação das atividades que o InPACTO realizou e participou em 2019. Elas estão divididas em oito linhas de ação aprovadas na Assembleia Geral Ordinária: Suporte ao setor produtivo; Representação Institucional & Advocacy; Mobilização da sociedade civil; Relacionamento com associados; Mobilização de recursos; Comunicação; Fortalecimento da equipe e Aprimoramento da gestão e governança.

1. Suporte ao setor produtivo

Projeto Mesa de Café Brasil II e do Projeto Pré-PPP: ambos os projetos foram concluídos e deram origem a novas negociações, entre elas, o novo contrato com a ONG Verité. Os resultados dos esforços no setor cafeeiro também levaram o InPACTO a ser selecionado pelo Sustainable Coffee Challenge para liderar uma nova iniciativa. Além disso, nos tornamos parceiros da Iniciativa de Membros da Plataforma Global do Café.

Consolidação do Projeto Carnaúba e retomada de uma nova fase.

Projeto Vozes da Moda (antigo Projeto Denin: Agreste Pernambuco) em parceria com Ethos, DIEESE, Reporter Brasil e IC&A): 1 fase concluída e início de uma nova etapa.

Consolidação e aperfeiçoamento do Índice de Vulnerabilidade InPACTO, com novos e potenciais parceiros para 2020: Início de projeto piloto de teste do Índice de Vulnerabilidade InPACTO com empresas, em iniciativa

apoiada pela Embaixada do Reino Unido (encerramento previsto em março de 2020).

Realização do Monitoramento dos Compromissos do InPACTO 2019 e acompanhamento e assessoria técnica para desenvolvimento dos planos de ação: o Monitoramento 2019 está em andamento e o desenvolvimento dos planos de ação iniciarão em 2020.

Fortalecimento e Realização do GT Têxtil: uma nova etapa está iniciando para se retomar os trabalhos em 2020.

Inclusão da temática do trabalho infantil na agenda de atuação do InPACTO: retomada do processo em 2020.

Iniciar entendimento e aproximação com empresas sobre rede de micro distribuição e vendas: ação será retomada em 2020.

2. Representação institucional & Advocacy

Participação na CONATRAE: ação contínua.

Participação na COMTRAE/SP: ação contínua.

Participação em Redes Nacionais e Internacionais: ação contínua.

Participação nos grupos de trabalho do LabModa: ação em andamento.

Participação em eventos e seminários de parceiros internacionais (governos, sociedade civil e agências multilaterais): ação contínua.

3. Mobilização da sociedade civil

Realização do Seminário Nacional do InPACTO e de Aniversário de 5 anos do InPACTO: ação concluída

Participação na Conferência Ethos SP e nas Conferências Regionais Ethos: ação concluída.

Participação em eventos de parceiros: Fashion Revolution; Oxfam Brasil e governos em todas as suas esferas. Ação concluída.

Formação de capacidade técnica interna e externa acerca do tema construção do campo: ação em construção.

4. Relacionamento com associados

Acompanhamento e desenvolvimento dos planos de ação e assessoria técnica: em andamento

Treinamento em ações de prevenção e combate de Trabalho Escravo para novos associados: ação concluída.

Divulgação de boletim on-line para associados e parceiros: ação concluída.

Participação em eventos e atividades dos associados para público interno, fornecedores e parceiros: ação concluída.

Promover o debate sobre aspectos jurídicos em torno do tema junto aos associados (GT Jurídico): em andamento.

Realização de Encontros de Estudos e Trocas de Experiências com Associados: ação concluída.

5. Mobilização de recursos

Aprovação de plano de captação: em andamento.

Busca ativa por financiamento de fundações nacionais e internacionais: em andamento.

Implantação de ações de captação de recursos alinhadas ao desenvolvimento institucional do InPACTO: em andamento.

Diversificação das estratégias institucionais, incluindo

projetos em novas cadeias produtivas e lançamento de ferramentas de inteligência de dados: em andamento.

6. Comunicação

Lançamento da nova marca e site no aniversário de 5 anos: ação concluída.

Produção do relatório anual sobre o exercício de 2018 e início da elaboração do relatório de 2019: concluído e em andamento, respectivamente.



Elaborar boletins on-line com temas e desafios pertinentes ao contexto: ação concluída.

7. Fortalecimento da equipe

Participação no curso de formação em desenvolvimento institucional oferecido pelo IC&A: ação concluída.

Realização de reuniões de estudo de temas relevantes: legislação, tecnologia e metodologias. Atividade concretizada.

Cursos de qualificação e treinamento para equipe do InPACTO: em andamento.

Consolidação do núcleo interno de geração e gestão de informações sobre cadeias produtivas e combate ao Trabalho Escravo: em andamento.

8. Aprimoramento da gestão e da governança

Revisão do estatuto e nova institucionalidade: concluído.

Aprimoramento do uso do software e dos procedimentos financeiros para todos os centros de custo: concluído.

Revisão do PE 2018 - 2021 e Construção do orçamento físico-financeiro do Plano 2019: concluído.

Produção de relatórios financeiros para apoiadores e parceiros, conforme demanda: em andamento.

Produção de relatórios narrativos para parceiros

e apoiadores, conforme contratos: em andamento.

Criação de calendário de reuniões institucionais (assembleia, conselhos, gestão, aprendizagem, etc.) em 2019: concluído.

Principais números de 2019



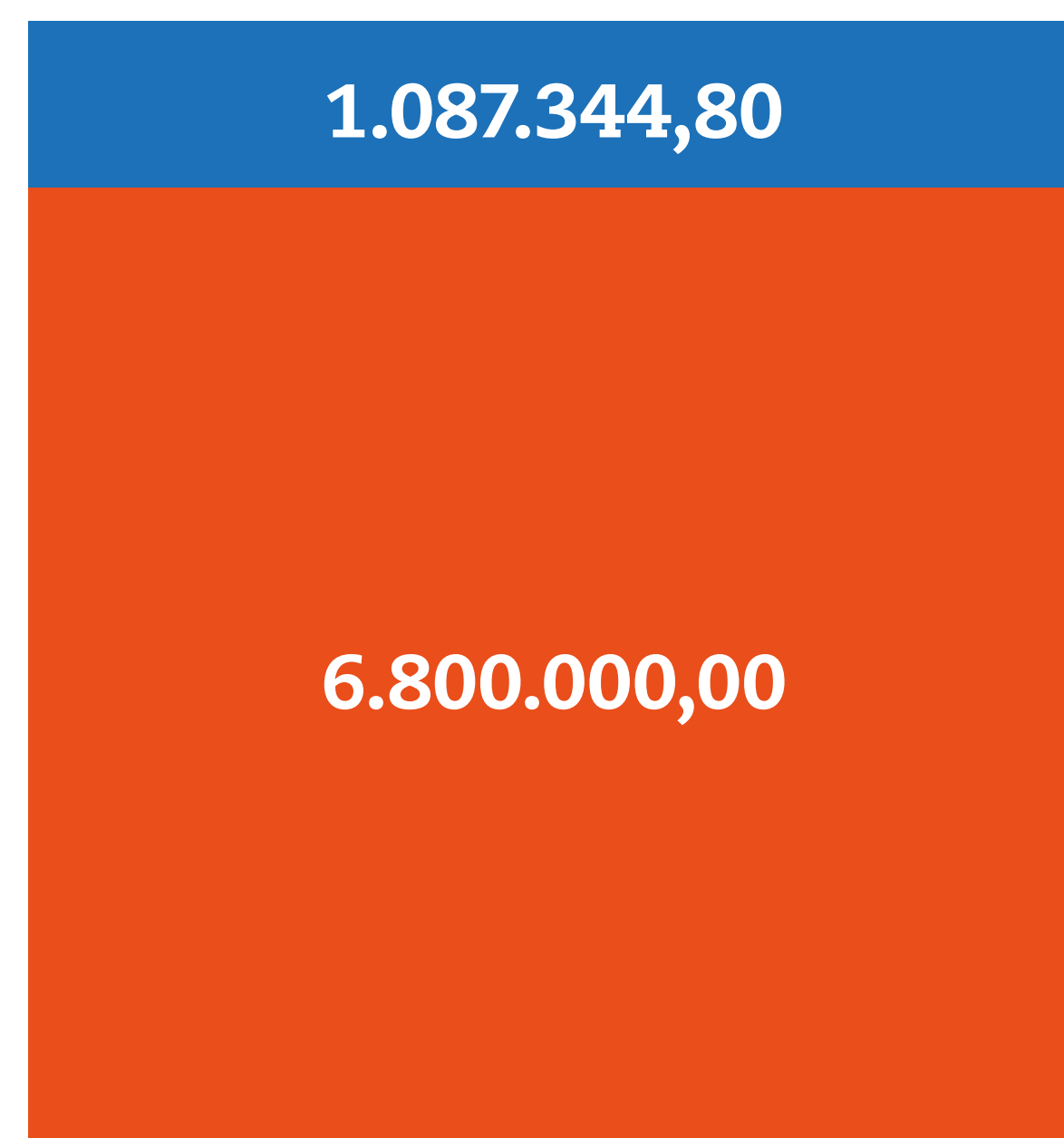
23 dessas empresas

compuseram o *Ranking das 1.000 Maiores Empresas do Brasil*, segundo o Valor Econômico, e mais 3 que têm informações financeiras em seus relatórios anuais de sustentabilidade, **tiveram receita líquida que representou 16% do PIB em 2018**. [Vide gráfico 2, na página seguinte].

Mais de 1 milhão

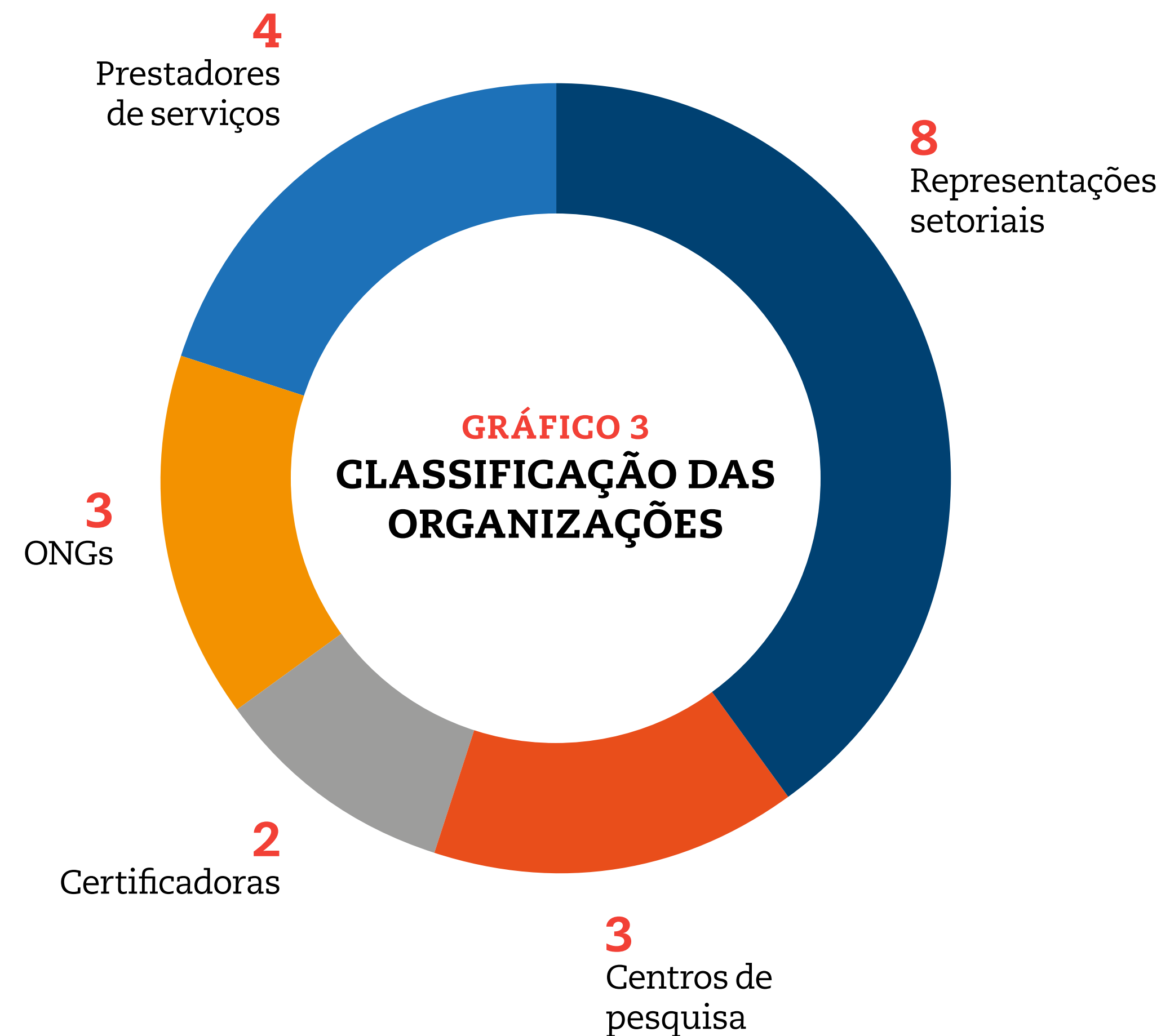
de trabalhadores estão cobertos pelo **Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo**, segundo os relatórios anuais de sustentabilidade que algumas dessas empresas publicaram.

GRÁFICO 2
RELAÇÃO RECEITA
LÍQUIDA X PIB 2018



■ RECEITA LÍQUIDA (EM R\$ MILHÕES)
■ PIB 2018 (EM R\$ MILHÕES)

20
ORGANIZAÇÕES
SETORIAIS OU DE
SOCIEDADE CIVIL



3 novos
ASSOCIADOS

1 novo
APOIADOR INSTITUCIONAL

100% das empresas
que fazem parte do InPACTO
há mais de seis meses estão
participando do Monitoramento
2019 dos compromissos do Pacto
Nacional pela Erradicação do
Trabalho Escravo.

2 boletins on-line
produzidos para compartilhamento de
notícias relevantes sobre o tema
e atividades do InPACTO.

329 horas técnicas

da equipe para o suporte ao setor
produtivo, com atividades para: a
cadeia do café, da carnaúba, do cacau
e têxtil; para o desenvolvimento do
monitoramento, dos grupos de trabalho
e do Índice de Vulnerabilidade InPACTO;
entre outras mais.

123 horas técnicas

para representação institucional e
advocacy, com participação em: reuniões
da CONATRAE – Comissão Nacional para
Erradicação do Trabalho Escravo; reuniões
com a SIT – Secretaria de Inspeção do
Trabalho; reuniões da ONU; seminários
do Consulado do Reino Unido no Rio de
Janeiro; audiências públicas no legislativo

federal; seminários da Oxfam; eventos do
Fashion Revolution; atividades do MPF –
Ministério Público Federal; entre outros.

203 horas técnicas

para a mobilização da sociedade civil,
com trabalhos: na RAC – Rede de
Advocacy Coletivo; no Fundo Brasil
de Direitos Humanos; no Conectas;
na Oxfam; no Fashion Revolution; no
Instituto Ethos; entre outros.

131 horas técnicas

no relacionamento com associados,
distribuídos em trabalhos: para
ABVTEX; treinamento na Petrobras;
palestra na BR Distribuidora; oficinas
sobre o Monitoramento; reuniões

com associados sobre ações junto aos parceiros da cadeia de valor; seminário de 5 anos do InPACTO; entre outras ações.

Vale destacar nesse ponto, os três Encontros com Associados realizados no ano passado. Este espaço formativo reúne os associados para debater temas ligados aos direitos humanos e trabalho escravo. É um momento de aprendizagem e de muita participação, no qual sempre há um convidado para falar sobre um determinado assunto. Em 2019 tivemos temas como saúde e segurança no trabalho, monitoramento e o Índice de Vulnerabilidade InPACTO.

A associada Minerva Foods fez as seguintes contribuições sobre o último encontro do ano, na ficha de avaliação: “O encontro foi bastante enriquecedor, principalmente a troca de experiências com os associados. Seria interessante abordar as ações e experiências de cada associado, pois é uma forma de auxiliar os participantes em como agir da empresa em que atua, além de proporcionar novas ideias e propostas”.

Nos encontros há a oportunidade de não associados participarem também. Em 2019 uma das entidades não associadas que pôde participar foi a 4C, uma certificadora alemã, que ao fim do evento, decidiu se associar ao InPACTO.

64 horas técnicas

para a mobilização de recursos, divididas em reuniões com: o Instituto C&A, o USDOL – Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, a FGV – Fundação Getúlio Vargas, o Fundo Baobá, as Nações Unidas, a Rainforest Alliance, o McDonalds, o Starbucks, entre outros parceiros.

32 horas técnicas

de trabalho para a comunicação, com o desenvolvimento da página eletrônica, os dois boletins para associados, a oficina de comunicação, entre outros trabalhos.

32 horas técnicas

para o fortalecimento da equipe, aplicadas em treinamentos na área administrativo financeira, curso de línguas, entre outras capacitações.

230 horas técnicas

trabalhadas para o aprimoramento da gestão e governança. Devido ao ano de olhar para dentro, essa foi uma das linhas de ações mais investidas. Ocorreram diversas reuniões do Conselho Deliberativo para debater os novos: estatuto, organograma institucional, código de conduta e regimento interno.

Duas assembleias, uma ordinária e a outra extraordinária. Na ordinária se deliberou pela alteração de endereço e pelo novo organograma institucional. Já na extraordinária, decidiu-se pelo novo estatuto.

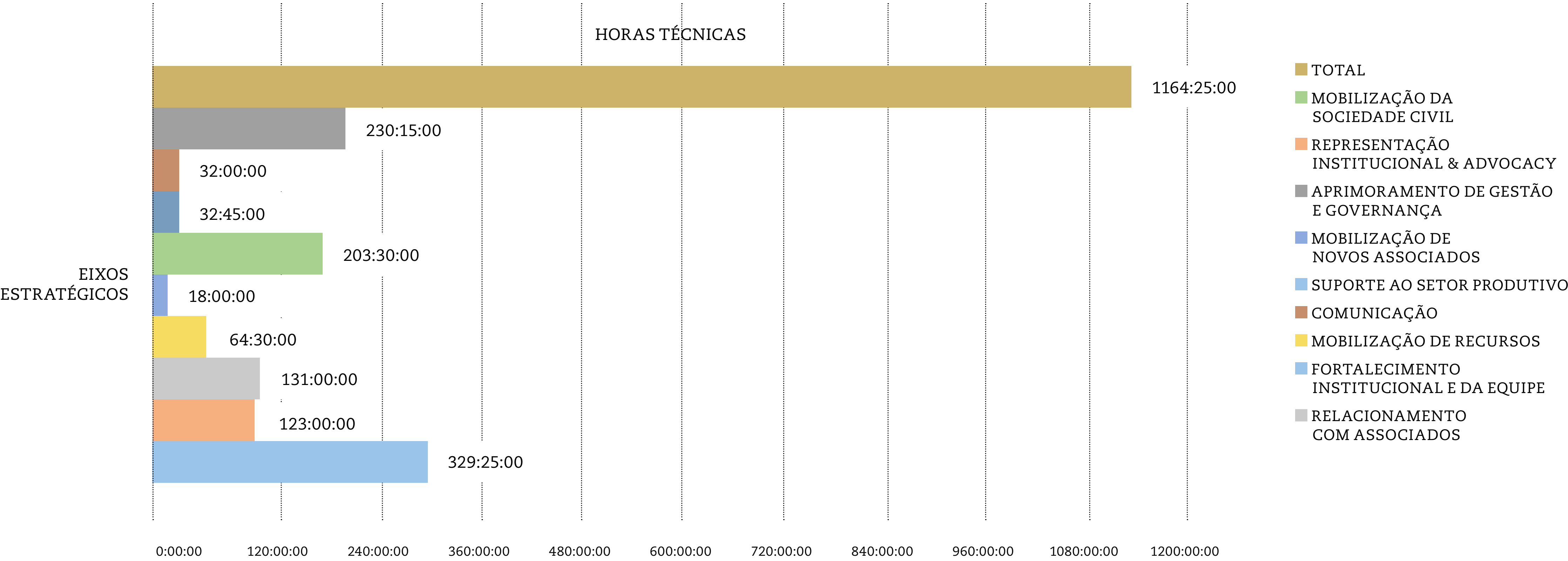
Foram realizadas reuniões com especialistas, de revisões e de avaliações, além de muito trabalho na implementação do novo sistema de gestão financeira. Sem deixar de mencionar o trabalho para a mudança de sede, a reforma e as instalações da nova sede. Entre outras atividades ao longo do ano relacionadas a essa temática da gestão e governança.

Aproximadamente 1.164 horas técnicas

da equipe no ano de 2019. É preciso ressaltar ainda que há inúmeras ações cotidianas, cujo registro na agenda institucional não é realizado, sem mencionar que essas horas técnicas registradas não corresponderam à toda equipe. Por exemplo: a elaboração e a revisão de documentos; o atendimento aos associados, seja por telefone ou pessoalmente; elaboração e prestação de contas de projetos; preparação de diversas atividades, desde reunião até seminário; entre tantas outras.

GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS TÉCNICAS POR EIXOS ESTRATÉGICOS



4.

Onde estamos e para onde vamos

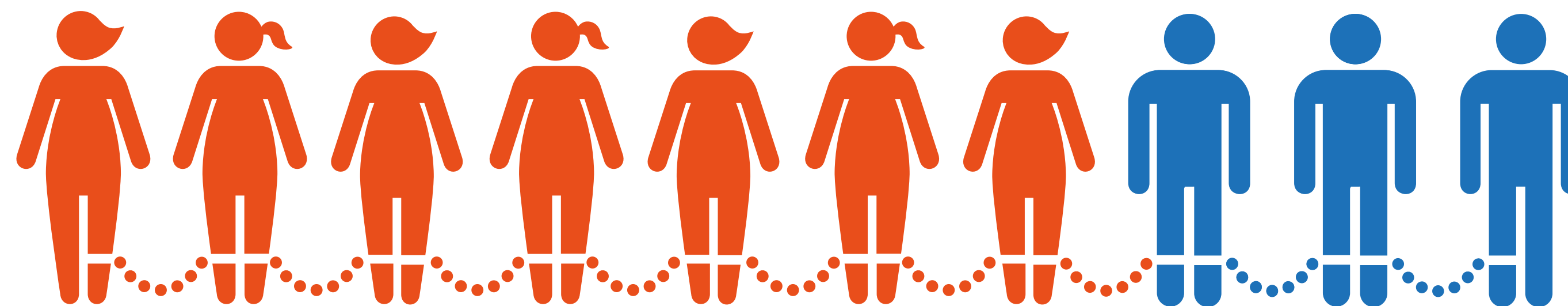
Trabalho escravo é um problema global

No Brasil e no mundo, milhares de pessoas ainda trabalham em condições degradantes, são submetidas a trabalho forçado, jornada exaustiva ou servidão por dívida. O *Índice Global de Escravidão 2018*, da organização internacional Walk Free, aponta que 40,3 milhões de pessoas estão submetidas à escravidão moderna, sendo que mais de 160 mil entre elas são brasileiras.

São pessoas em condição de extrema vulnerabilidade econômica, psicológica e social, vivendo e trabalhando em situações que caracterizam o trabalho escravo contemporâneo.

71% das pessoas em condição de trabalho análogo à escravidão são mulheres

Fonte: Índice Global de Escravidão 2018



O trabalho escravo moderno: uma questão de dignidade

Todo ser humano nasce igual em direito à dignidade e com os mesmos direitos fundamentais.

É fundamental reforçar que não é apenas a ausência de liberdade que faz um trabalhador escravo, mas sim de dignidade. O termo “trabalho análogo ao de escravo” é utilizado porque oficialmente a escravidão foi abolida do mundo, mas as características desse tipo de crime permanecem. O fato é que atualmente muitas pessoas

estão em condições semelhantes ao trabalho escravo – do cerceamento da liberdade à ausência de condições decentes e dignas de trabalho. Quando um trabalhador mantém sua liberdade, mas sem respeito a condições mínimas de dignidade, temos caracterizado o trabalho escravo contemporâneo.

Enquadra-se em trabalho análogo ao escravo uma situação que combina diversos fatores degradantes – como

jornadas exaustivas, trabalho forçado, lugar inadequado que não atende a regras de saúde e segurança ocupacional e irregularidade de documentação trabalhista. Uma situação recorrente é a servidão por dívidas, quando o salário do trabalhador é retido para pagar custos de alimentação e dormitório, instalado no próprio ambiente de trabalho. Os casos encontrados em denúncias feitas ao então Ministério do Trabalho abrangiam a maioria desses itens.

“De primeiro (a escravidão) era quando trabalhava apanhando. Hoje é quando trabalha humilhado”.

“Ser humilhado: receber grito direto, ser tratado que nem cachorro”.

“A escravidão não é só ficar preso numa fazenda, é humilhar a pessoa no serviço e não pagar, ter o de comer ruim, trabalhar demais”.

“É quando a gente não se sente como humano”.

Fonte: Depoimentos de trabalhadores resgatados - OIT

Legislação Internacional destaca servidão por dívida

A Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfego de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, da ONU, do ano de 1956, conceitua a servidão por dívida: “o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação de dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida.”

Brasil no combate ao trabalho escravo

Pelas estimativas da OIT são 370 mil pessoas ainda em condições de trabalho análogo ao de escravo no país.

A atuação do Brasil no combate ao trabalho escravo já foi reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho como um exemplo a ser seguido. Entretanto uma série de retrocessos fizeram o Brasil sofrer o enfraquecimento das suas ferramentas públicas de combate e perder essa posição, segundo declaração da OIT ao final de 2017. Ainda assim, o país carrega um histórico de vanguardismo nesse

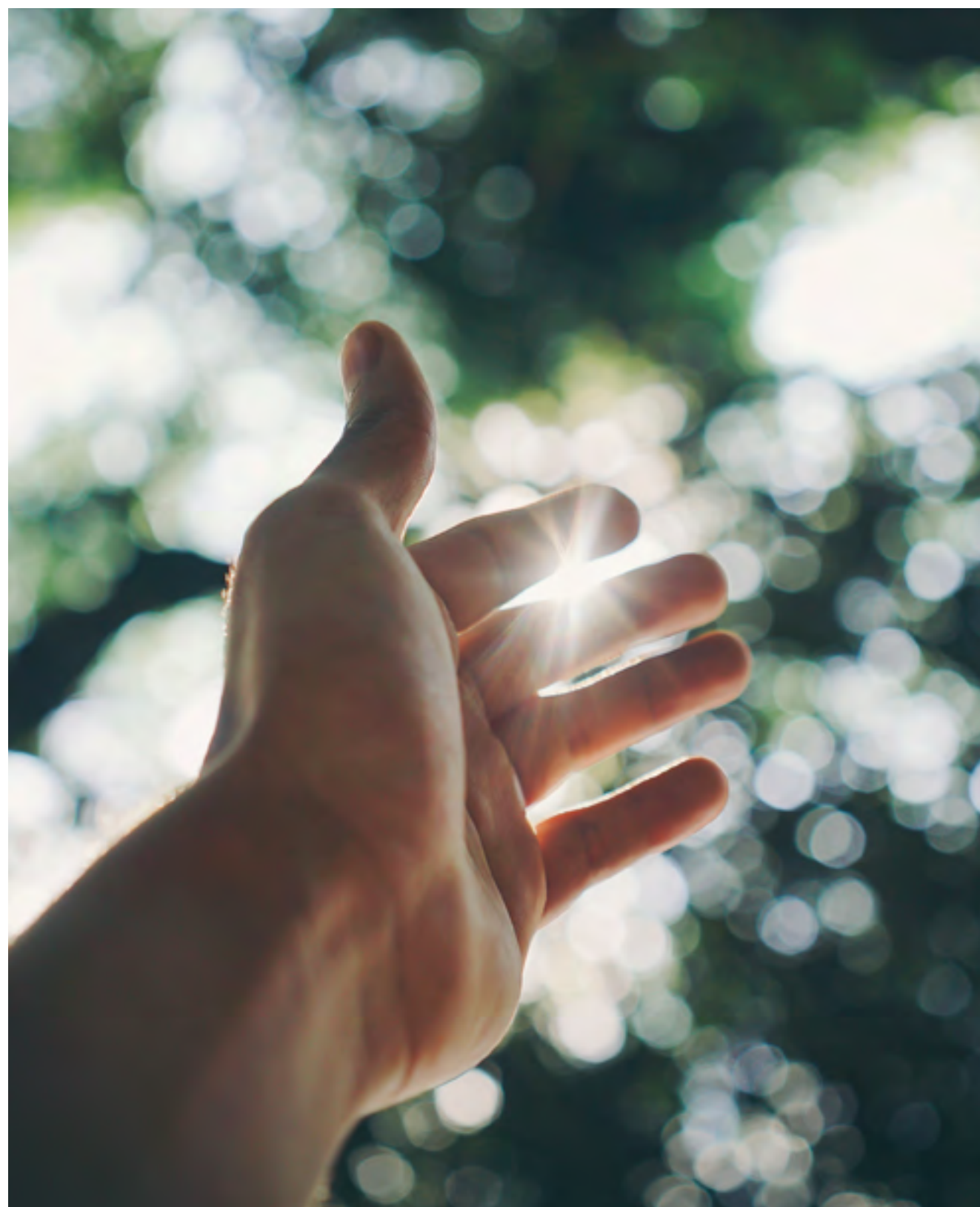
tema e há uma expectativa, inclusive internacional, de como novos caminhos e estratégias de combate serão pensadas para responder aos desafios do atual contexto.

Histórico

Em 1995, o Brasil admitiu oficialmente que o problema do trabalho análogo ao escravo estava presente nas cadeias produtivas e nas relações de trabalho do país. O país foi um dos primeiros do mundo a reconhecer a existência de escravidão e em 2003, o primeiro a lançar um plano integrado de combate ao

crime e a publicar, periodicamente, um cadastro com os infratores – o Cadastro de Empregadores do Ministério Público do Trabalho, a conhecida “Lista Suja do Trabalho Escravo.”

Mais de 54 mil pessoas já foram resgatadas de situações análogas ao trabalho escravo no Brasil desde 1995. Quando o governo brasileiro declarou na ONU a existência do trabalho escravo abriu caminho para criação de diversas políticas públicas de combate ao crime. Em 2005, o Brasil criou o primeiro pacto empresarial multissetorial contra a escravidão do mundo: o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.



Muito a avançar

Em 2017 o Brasil também foi o primeiro país a ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em um caso de trabalho escravo, por omissão. Entre 1995 e 2019, fiscais do trabalho encontraram 54.491 pessoas em situação de trabalho escravo no Brasil, segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Governo Federal (SIT). 52.169 delas chegaram a ser resgatadas, entre elas 756 trabalhadores imigrantes de outros países, 177 com menos de 16 anos e 323 jovens de 16 a 18 anos. Em maioria, afrodescendentes.

Em 2019, 1.054 trabalhadores foram encontrados nessa situação, um número que se mantém na média dos últimos 5 anos, porém abaixo da metade do número registrado entre 2010 e 2014.

Fonte: CPT – Comissão Pastoral da Terra.

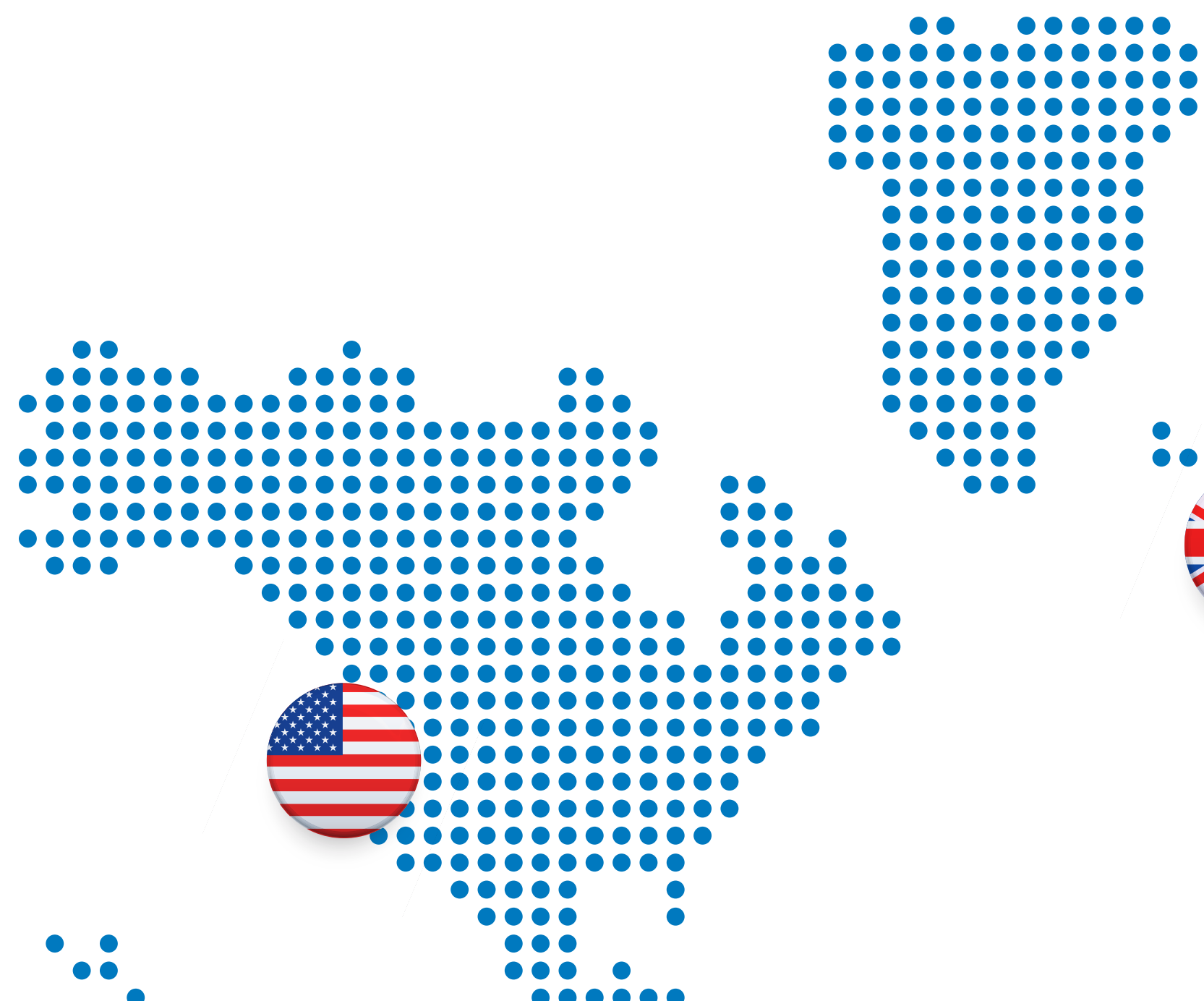


Combate ao trabalho escravo avança no mundo

Enquanto isso, o mundo avança na construção de legislações mais rigorosas e políticas de monitoramento e controle das cadeias de fornecimento globais

O engajamento de atores é a estratégia da OIT, que trabalha com os governos para criar políticas públicas que possam efetivamente prevenir e combater a exploração de trabalhadores. Como parte dos avanços, muitos países estão elaborando e lançando legislações que obrigam empresas a informar o que estão fazendo para combater o trabalho escravo. A última década teve muitos avanços nesse campo, conforme mapa na página a seguir.

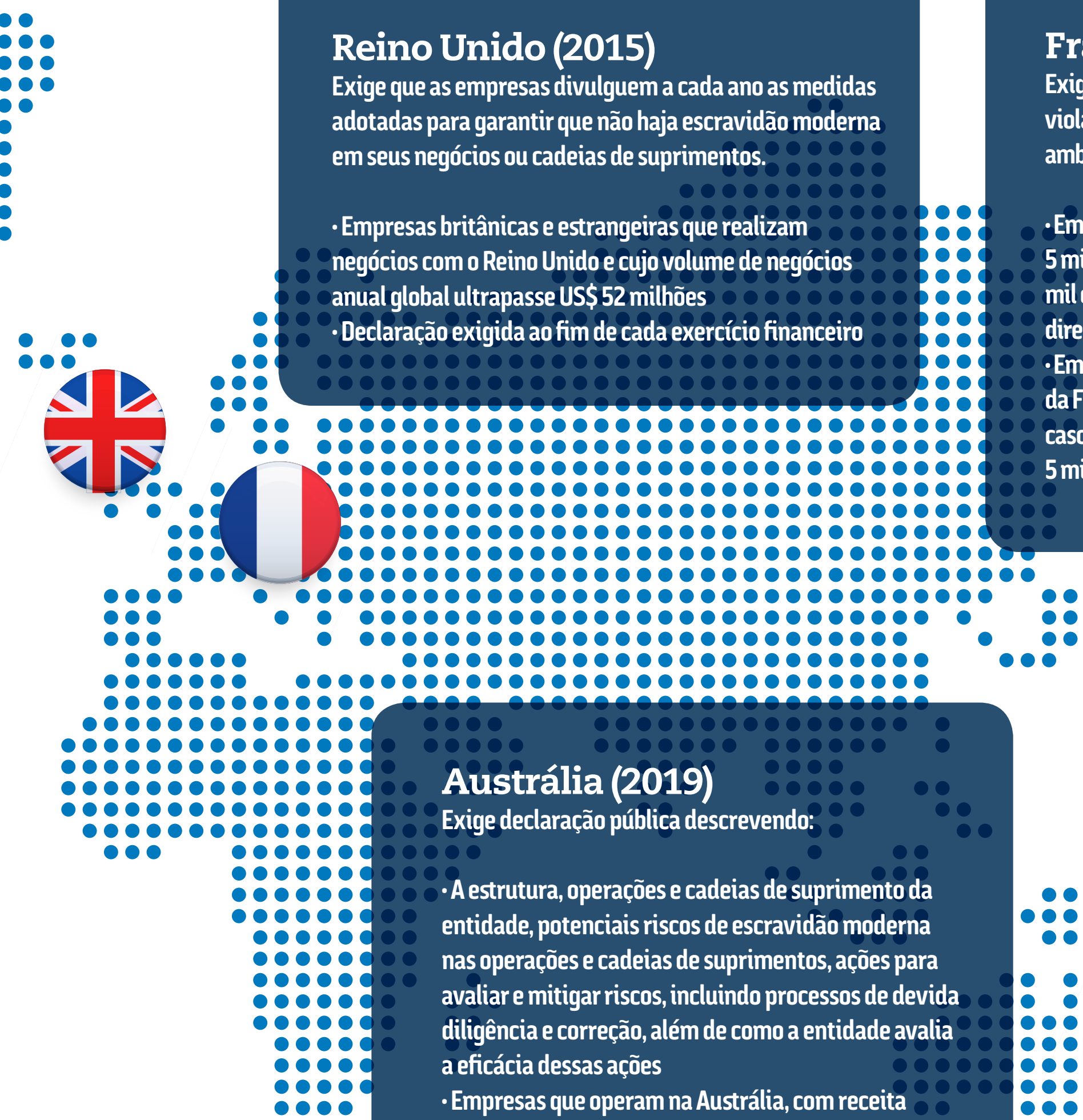
As novas leis desdobram os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs), aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011, que estabelecem que o respeito aos direitos humanos é obrigatório em todas as relações e operações comerciais, sejam elas conduzidas por agentes privados ou públicos. Os Princípios da ONU se baseiam em direitos internacionalmente reconhecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e nas Convenções da OIT que ressaltam que todos os direitos também devem ser cobrados das empresas.



Califórnia (2010)

Exige que as empresas sujeitas à lei divulguem informações sobre seus esforços para erradicar o tráfico de pessoas e a escravidão em suas cadeias de suprimentos, em seu site ou por escrito.

- Vendedores ou fabricantes de varejo
- Fazem negócios no estado da Califórnia
- Com recebimentos anuais brutos mundiais (não apenas no território da Califórnia) superiores a US\$ 100 milhões



Reino Unido (2015)

Exige que as empresas divulguem a cada ano as medidas adotadas para garantir que não haja escravidão moderna em seus negócios ou cadeias de suprimentos.

- Empresas britânicas e estrangeiras que realizam negócios com o Reino Unido e cujo volume de negócios anual global ultrapasse US\$ 52 milhões
- Declaração exigida ao fim de cada exercício financeiro

França (2017)

Exige um “plano de vigilância” para evitar violações de direitos humanos e impactos ambientais em toda a sua cadeia de produção.

- Empresas com sede na França que empregam 5 mil funcionários no país ou, pelo menos, 10 mil em todo o mundo (inclusive por subsidiárias diretas e indiretas; ou
- Empresas estrangeiras sediadas fora da França, com subsidiárias francesas, caso empreguem, pelo menos, 5 mil funcionários na França.



Austrália (2019)

Exige declaração pública descrevendo:

- A estrutura, operações e cadeias de suprimento da entidade, potenciais riscos de escravidão moderna nas operações e cadeias de suprimentos, ações para avaliar e mitigar riscos, incluindo processos de devida diligência e correção, além de como a entidade avalia a eficácia dessas ações
- Empresas que operam na Austrália, com receita anual superior a US\$ 100 milhões
- Outras empresas podem relatar voluntariamente

5.

O que fazemos e por que fazemos

Colaboração é o caminho:

O InPACTO é um importante agente de engajamento para que o setor empresarial enfrente o trabalho escravo com eficiência. Entre as estratégias adotadas estão a realização de diálogos com o poder público, setor privado e sociedade civil, a análise e organização de dados do setor que irão subsidiar um diálogo franco sobre desafios e adoção de soluções. Bem como possibilitar a visibilidade às boas práticas e iniciativas de sucesso para que possam ser replicadas, gerando aprendizados.

Geração e gestão da informação

Um dos maiores gargalos para o combate ao trabalho escravo no Brasil e no mundo é a escassez de informações que possam

contribuir efetivamente para a tomada de decisões daqueles que buscam negócios socialmente responsáveis, políticas públicas eficientes, diálogo com a sociedade civil e consumidores.

Ações de *due dilligence* tendem a ser caras e demoradas, no entanto, informações qualificadas sobre a materialidade do risco podem gerar economias e eficiências em setores inteiros. Para superar estes desafios, criamos um Sistema de Geração e Gestão da Informação (SGGI) para reunir, levantar e analisar dados primários e secundários e, a partir deles, produzir informação qualificada que possa dar suporte às ações dos setores público e privado e da sociedade civil na prevenção e combate à exploração de mão de obra vulnerável. Leia mais no box a seguir.

Índice de Vulnerabilidade InPACTO

Mapear os fatores que tornam um município, uma região e sua população mais vulneráveis ao trabalho escravo ou a qualquer outra violação de direitos humanos e, a partir do cruzamento e análise de centenas de dados socioeconômicos e demográficos, estabelecer uma escala de risco. Essa é a proposta do Índice de Vulnerabilidade InPACTO, tecnologia inovadora concebida pelo instituto para que empresas e setores possam estabelecer prioridades de ações de prevenção em suas cadeias produtivas e aprimorar o combate ao trabalho escravo e infantil no Brasil.

A análise de dados socioeconômicos para medir o risco de trabalho escravo a partir da vulnerabilidade das populações era um

desejo antigo do InPACTO e ganhou forma pela primeira vez em 2017, em uma parceria entre InPACTO, JBS e Agrottools, com foco no setor da pecuária na Amazônia Legal.

Agora, o Índice de Vulnerabilidade InPACTO chega a Minas Gerais, com um banco de dados que contempla os 853 municípios do estado, em uma fase de teste com a participação de empresas. Minas foi escolhido por ser o segundo estado brasileiro em volume de exportações, respondendo por cerca de 11% do total em 2017.

E, para essa fase de teste, 20 empresas brasileiras e multinacionais que possuem fornecedores no estado mineiro foram

convidadas a conhecer, avaliar e contribuir com o aprimoramento da ferramenta. Representantes dessas empresas se reuniram, em novembro do ano passado, em um seminário de apresentação, no qual tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre a construção do indicador e ficaram entusiasmados com as potencialidades da ferramenta para orientar suas estratégias de prevenção e combate ao trabalho escravo.

Para a coordenadora de projetos do InPACTO, Daniele Martins, “essa etapa de teste com as empresas é fundamental para um avanço assertivo tanto no desenvolvimento de uma plataforma que facilite o acesso às análises dos dados,

quanto para o amadurecimento da própria estratégia que passa por um processo de mobilização do setor produtivo”.

O Índice de Vulnerabilidade InPACTO vai permitir às empresas com operações em Minas Gerais conhecer seus riscos com base na realidade da cidade ou região e, assim, com o apoio do InPACTO, formular planos de ação mais adequados aos locais onde estão localizados seus fornecedores. Outro benefício do índice é possibilitar ações conjuntas entre empresas e setores que atuam no mesmo território.

O índice coloca a tecnologia e a inteligência de dados a serviço da prevenção e do combate ao trabalho escravo no Brasil.

E é fruto da análise e do cruzamento de 420 indicadores nacionais, estaduais e municipais de fontes do sistema estatístico nacional, como o Banco Multidimensional de Estatística, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, o Cadastro Central de Empresas, o Censo Demográfico e o Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE; o Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente da OIT e o Observatório Digital de Trabalho Escravo do MPT e OIT, entre outras. “A escala do indicador varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 for a pontuação do município, maior a sua vulnerabilidade para a ocorrência de trabalho escravo e infantil”, explica Danilo Torini, coordenador metodológico do projeto.

A metodologia do Índice de Vulnerabilidade considera variáveis que têm alta correlação com a ocorrência de trabalho escravo – entre elas a “Lista Suja”, operações de fiscalização, informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho (formal e informal), trabalho remunerado e não remunerado, registros de trabalho infantil e adolescente, jornadas de trabalho, saúde e segurança, rendimentos, seguridade social e diálogo.

O índice também leva em consideração fatores indiretamente relacionados com o trabalho escravo, mas que indicam alguma fragilidade social, como a existência ou não de equipamentos públicos de saúde, cultura e habitação

e o tempo de deslocamento entre casa e trabalho. Considera, ainda, dados socioeconômicos e demográficos que ajudam a traçar o perfil do município e podem influenciar, em situações específicas, o grau potencial de risco de violações de direitos humanos. O mapa de risco traz o índice geral de vulnerabilidade do município e agrupado em módulos de indicadores (sociais, previdência, trabalho, educação etc.).

Os resultados da fase de aferição do Índice de Vulnerabilidade pelas empresas participantes do projeto serão apresentados em 16 de março de 2020, em São Paulo. Um Comitê Técnico, formado por especialistas em

análises de dados e direitos humanos, também será constituído para possíveis aprimoramentos da metodologia.

A próxima fase prevê ainda a ampliação para o Estado do Espírito Santo e o setor do café. O InPACTO está construindo um sistema robusto de due diligence no tema trabalho escravo e infantil. “Estamos ajudando a tangibilizar a vulnerabilidade para a violação de direitos, a construir um referencial comum para municípios e setores produtivos e a trazer agilidade e segurança às empresas para o gerenciamento de riscos. O potencial do índice é enorme”, ressaltou Mércia Silva, diretora executiva do InPACTO.

Assessoria técnica e monitoramento

Todas as empresas ou organizações que se associam ao InPACTO, assumem os 10 compromissos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, com o objetivo de implementar ações que contribuam para a erradicação do trabalho escravo nas cadeias produtivas brasileiras.

Anualmente, realizamos um diagnóstico que nos ajuda a compreender os desafios enfrentados pelas empresas associadas no cumprimento destes compromissos.

O diagnóstico é construído a partir das informações coletadas no monitoramento anual. São elas que nos permitem mensurar obstáculos e progressos, e propor ferramentas mais eficazes de controle e mitigação de riscos nas cadeias produtivas, quando necessário.

A partir da análise dessas informações disponibilizamos para cada empresa sugestões para o aperfeiçoamento de seus instrumentos internos de gestão e de suas políticas e programas de

responsabilidade social. Essa leitura qualificada dos dados contribui para o desenho da estratégia anual do InPACTO e das empresas e associações setoriais.

Em 2019, nós aperfeiçoamos o monitoramento, e, atualmente, estamos em processo de execução da ferramenta para o levantamento de dados primários sobre o que as empresas associadas estão fazendo para combater o trabalho escravo e suas cadeias de valor. Essa ação é inédita no mundo.

Lista Suja do trabalho escravo

O Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas às de escravo é conhecido como “Lista Suja”. É uma política pública de transparência do Estado Brasileiro, criado em 2003, que divulga o nome de pessoas físicas ou jurídicas flagradas com a utilização de mão de obra escrava. No Brasil, desde 1995 mais de 53 mil pessoas foram “libertadas” após flagradas em condições análogas à escravidão em canteiros de obras, carvoarias, fazendas, oficinas têxteis e propriedades agrícolas.

Para uma empresa passar a integrar a Lista Suja há um longo processo. A partir da denúncia, um grupo formado pelo Ministério Público do Trabalho,

auditores fiscais, polícia federal ou polícia rodoviária federal vai até o local para a verificação das condições denunciadas.

Uma vez comprovada a situação, o empregador é autuado e estará sujeito a um processo administrativo, que se transitado em julgado, com decisão final irreversível, uma multa poderá ser aplicada ao empregador. E, se não celebrar ou não cumprir acordo judicial ou Termo de Ajustamento de Conduta, o empregador terá seu nome listado na “Lista Suja”.

Atualmente, as regras que regem a composição da “Lista Suja” estão descritas na Portaria nº4 de 11/05/2016. Até

2018, a publicação da lista estava sob responsabilidade do então Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Contudo, em 2019, com a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, e a consequente incorporação deste ao Ministério da Economia, o que antes era um ministério, tornou-se uma secretaria. Portanto, a “Lista Suja” está alocada hoje no Ministério da Economia, sendo uma de suas atribuições.

A lista, que começou a ser publicada em 2003, é considerada um dos principais instrumentos de combate ao trabalho escravo no Brasil – e,

segundo especialistas e instituições que combatem o problema no mundo (como a Organização Internacional do Trabalho), é um modelo a ser seguido por outros países. A partir da publicação da Lista Suja, empresas e bancos públicos podem negar crédito, empréstimos e contratos a fazendeiros e empresários que usam trabalho análogo ao escravo.

No ano passado, a lista foi publicada duas vezes, sendo a primeira no dia 03 de abril, e a segunda no dia 03 de outubro. Além disso, ela foi atualizada algumas vezes, devido a liminares judiciais que ora incluíam uma empresa, ora excluía outra. Toda vez que isso ocorre, a lista é atualizada e publicada novamente.



Porém, com todos os ataques que os direitos, de um modo geral, vêm sofrendo nos últimos anos no país, essa política pública tão premiada e elogiada no mundo inteiro, está sob grande risco. Por isso, mais do nunca, a defesa e o reconhecimento desta política são essenciais para o seu fortalecimento e conservação. Dessa forma, o primeiro compromisso do Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo, que trata de “Reconhecer a legitimidade da “Lista Suja” produzida pelo Ministério do Trabalho”, passa a ter um destaque no contexto atual.

Além dessa lista, há uma nova que será publicada. É a lista suja do MPT - Ministério Público do

Trabalho, prevista inicialmente para dezembro de 2019, o que não ocorreu ainda. Essa lista, conforme a Resolução nº 168, de 24 de junho de 2019 do MPT, tratará de todos os casos, transitados e julgados, que não estão em “segredo de justiça”; para os casos de empresas e pessoas consideradas CULPADAS no âmbito da JUSTIÇA; e no processo criminal ao qual foram submetidas.

Ou seja, existirão duas (2) listas, uma que dá conta dos atos de inspeção do trabalho, com os nomes dos considerados responsáveis pelo uso de trabalho escravo. E outra lista dos considerados responsáveis criminalmente, via Ministério Público do Trabalho.

Engajamento e Advocacy: Boas práticas e construção coletiva

As empresas que assinam o pacto se comprometem a cumprir compromissos para enfrentar o trabalho escravo em suas cadeias produtivas. Um dos compromissos das organizações associadas é sistematizar, divulgar e compartilhar iniciativas, que devem ganhar visibilidade para serem replicadas. A troca de experiências e a ampliação de conhecimento são a base dos encontros com associados e o InPACTO busca potencializar a oportunidade para os membros do instituto se inspirarem, com a apresentação de iniciativas de sucesso.

O cumprimento desses compromissos é monitorado anualmente e serve de base para o diálogo com os diversos setores e outros atores

importantes, que podem estar engajados direta ou indiretamente no combate ao trabalho escravo. O InPACTO considera que monitorar significa também medir avanços, retrocessos e, mais ainda, direcionar as ações do Instituto para que sejam mais efetivas na promoção da responsabilidade social por meio da implementação de ações eficazes, construídas coletivamente.

A empresa, quando assume a voz proativa na promoção de trabalho decente, consegue incidir na mudança de cultura e de comportamento. Ajuda tanto os seus trabalhadores, colaboradores, quanto os seus parceiros comerciais, na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É a ideia de uma abordagem fractal, ou seja, uma verdadeira transformação da cultura e de comportamento incide em todas as esferas. Não adianta o conceito e a prática do trabalho decente estar presente apenas nos departamentos de sustentabilidade ou profissionais e ativistas do tema. É preciso que todos os departamentos e os parceiros da empresa estejam envolvidos na ação e mudança de mentalidade, para que o trabalho decente de fato se transforme em realidade. A cadeia de valor integralmente da empresa necessita estar em sintonia com os princípios e valores referentes ao trabalho decente que ela estabeleceu. Isso é uma abordagem fractal.

Estratégias setoriais

O InPACTO trabalha para fomentar a transparência das ações de proteção social na produção; responder às demandas e expectativas internacionais; e às necessidades de transparência do mercado global. A estratégia de Suporte ao Setor Produtivo tem como público principal as empresas e seus líderes nas tomadas de decisões mais importantes em relação aos trabalhadores.

Com alguns setores foram realizadas parcerias fundamentais, o que comprova uma de nossas mais fortes premissas: é por meio das articulações em setores específicos, com a união dos seus atores, ou das articulações intersetoriais que encontraremos soluções para problemas complexos.

“O desafio de combate ao trabalho escravo não é responsabilidade de um agente ou de uma empresa apenas”

CAFÉ Setor Cafeeiro

Maior produtor mundial de café e com as maiores empresas nacionais e multinacionais do setor, o Brasil tem ainda um desafio: transformar o produto brasileiro em uma referência mundial de respeito à dignidade humana no processo produtivo.

Com esse objetivo o InPACTO criou, em parceria com a Catholic Relief Service (CRS⁶), o

projeto MESA DE CAFÉ BRASIL, que conta com a colaboração de organizações como Conselho dos Exportadores de Café (Cecafé), Plataforma Global do Café (GCP) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, foi desenvolvido o Grupo de Trabalho Café (GT Café), formado por cerca de 15 membros que têm o papel de colaborar na definição das melhores estratégias para fomentar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos no setor.

⁶ Organização não governamental americana com experiência no enfrentamento à escravidão moderna em mais de 30 países.

O projeto também buscou atender novas cobranças que surgiram por conta de políticas adotadas por diversos países importadores. São legislações e obrigações que demandam por informações qualificadas sobre o controle e monitoramento das empresas no que diz respeito à garantia de direitos humanos nas suas cadeias produtivas. Uma nova abordagem que convida as empresas para que sejam protagonistas na resolução destes problemas e busquem iniciativas em escala mundial. Em 2019, esse projeto chegou ao fim, mas abriu caminho para que novas negociações levassem a continuidade da iniciativa em 2020.

CARNAÚBA

Consolidação da iniciativa carnaúba

O Brasil é o único produtor de carnaúba no mundo, concentrada na sua maioria em dois estados da Região Nordeste: Ceará e Piauí. Essa produção, além de ser fundamental para várias indústrias, é a base do sustento de muitas famílias que vivem em comunidades rurais, sobretudo durante o período de estiagem que vai de junho a janeiro. A produção do pó da cera de carnaúba envolve uma cadeia muito complexa, com vários níveis e arranjos, relações de poder e interesses, o que se reflete na dificuldade de organização dos trabalhadores na busca de condições decentes de trabalho e remuneração mais justa.

A necessidade de uma ação no setor impulsionou a criação de um grupo de trabalho, que se reuniu periodicamente para desenhar estratégias eficientes na região onde há a colheita da palha de carnaúba. O objetivo foi promover uma intervenção qualificada no cenário produtivo, por meio da mobilização de atores locais, governo, indústrias e empresas envolvidas, para provocar uma melhoria nas condições de trabalho e promoção do trabalho decente regularizado.

Foram realizadas 5 reuniões em 2019. A OIT concluiu uma parceria com o Ministério Público do Piauí e levantou recursos para iniciar uma abordagem mais intensa em 2020. O InPACTO participará desse projeto, com o objetivo de engajar o setor produtivo.

Equipe InPACTO

Diretora Executiva

Mércia C. Silva

Assistente Executivo

Denis Oshima Roberto

**Coordenadora de
Mobilização e Relacionamento**

Milene de Almeida

Coordenadora de Projetos

Daniele Martins

Analista Administrativo**Financeiro Sênior**

Mônica Corrêa Alves

Estagiária de Comunicação

Milena Zellaury

**Equipe gestora
responsável pelo
relatório de atividades**

Denis Oshima Roberto e

Daniele Martins

InPACTO

Avenida Paulista, 2073,
Conjunto Nacional, Horsa 1,
Sala 321, Consolação
São Paulo – SP 01311-940
Telefone (11) 3179-0151
E-mail: contato@inpacto.org.br

Nossos Apoiaadores

The logo for AMAGGI, featuring the word "AMAGGI" in blue capital letters, followed by a small orange circle and three green diagonal bars.The logo for Cargill, featuring the word "Cargill" in a bold, black, sans-serif font, with a green leaf-like shape above the 'i'.The logo for FRANCO ADVOGADOS, featuring a circular icon with a stylized 'F' and the text "FRANCO ADVOGADOS" in black capital letters.The logo for INSTITUTO ETHOS, featuring the word "ETHOS" in large, blue, capital letters, with "INSTITUTO" in smaller letters above it.The logo for Laudes Foundation, featuring the word "Laudes" in orange, followed by a horizontal line, and the word "Foundation" in orange below it.The logo for PERNAMBUCANAS, featuring the word "PERNAMBUCANAS" in blue capital letters on a yellow background.The logo for RCHLO RIACHUELO, featuring the word "RCHLO" in large, bold, black capital letters, with "RIACHUELO" in smaller letters below it.



*Avenida Paulista, 2073,
Conjunto Nacional, Horsa 1,
Sala 321, Consolação
São Paulo –SP 01311-940
Telefone (11) 3179-0151
E-mail: contato@inpacto.org.br*